

CRÍTICA ONTOLÓGICA-MATERIALISTA AO CAMPO CIENTÍFICO DA GESTÃO SOCIAL

Rossi Henrique Soares Chaves¹

David Silva Franco²

RESUMO

Propomos neste ensaio fomentar o debate e a reflexão, a partir da perspectiva ontológica-materialista, sobre a crítica à Gestão Social enquanto campo científico do conhecimento. A base teórica da Gestão Social fundamenta-se nas perspectivas weberianas e habermasianas para uma crítica à gestão hegemônica na sociabilidade capitalista, essencialmente voltada aos interesses de lucratividade, sobrepondo os retornos financeiros ao bem-estar social. Como proposta emancipatória, teóricos da Gestão Social propõem o consenso dialógico, a participação social nas decisões políticas, a racionalidade comunicativa para direcionar a gestão para uma sociedade mais igualitária. Nossa crítica se centra na limitação tanto das bases teóricas quanto das propostas emancipatórias deste campo, visto que sua perspectiva idealista a impede de analisar os reais desafios da luta de classes e como a produção de novas racionalidades perpassa necessariamente a alteração das bases materiais da reprodução social, sem a qual as possibilidades emancipatórias se tornam utópicas.

Palavras-chave: Gestão Social; Ontologia materialista; Luta de Classes; Emancipação humana; Racionalidade.

CRÍTICA ONTOLÓGICO-MATERIALISTA DEL CAMPO CIENTÍFICO DE LA GESTIÓN SOCIAL

RESUMEN

En este ensayo nos proponemos fomentar el debate y la reflexión, desde una perspectiva ontológico-materialista, sobre la crítica de la Gestión Social como campo científico del conocimiento. La base teórica de la Gestión Social se basa en las perspectivas weberiana y habermasiana para una crítica de la gestión hegemónica en la sociabilidad capitalista, centrada esencialmente en los intereses de la rentabilidad, superponiendo los rendimientos financieros

¹ Graduação em Ciências Econômicas e Administração Pública ambos pela UNIFAL-MG. Mestre e Doutorando em Administração pelo CEPEAD/UFMG.

² Graduado (UFJF), Mestre (UFMG) e Doutor (UFMG) em Administração. Professor EBTT no Instituto Federal de Minas Gerais.

sobre el bienestar social. Como propuesta emancipadora, los teóricos de la Gestión Social proponen un consenso dialógico, la participación social en las decisiones políticas, la racionalidad comunicativa para orientar la gestión hacia una sociedad más igualitaria. Nuestra crítica se centra en la limitación tanto de las bases teóricas como de las propuestas emancipadoras de este campo, pues su perspectiva idealista le impide analizar los desafíos reales de la lucha de clases y cómo la producción de nuevas racionalidades permea necesariamente la alteración de las bases materiales de reproducción social, sin la cual las posibilidades emancipadoras se vuelven utópicas.

Palabras clave: Gestión social; Ontología materialista; Lucha de clases; Emancipación humana; Racionalidad.

ONTOLOGICAL-MATERIALIST CRITIQUE OF THE SCIENTIFIC FIELD OF SOCIAL MANAGEMENT

ABSTRACT

In this essay, we propose to encourage debate and reflection, from an ontological-materialist perspective, on the critique of Social Management as a scientific field of knowledge. The theoretical basis of Social Management is based on Weberian and Habermasian perspectives for a critique of hegemonic management in capitalist sociability, essentially focused on the interests of profitability, overlapping financial returns on social welfare. As an emancipatory proposal, Social Management theorists propose a dialogic consensus, social participation in political decisions, communicative rationality to direct management towards a more egalitarian society. Our criticism focuses on the limitation of both the theoretical bases and the emancipatory proposals of this field, as its idealist perspective prevents it from analyzing the real challenges of the class struggle and how the production of new rationalities necessarily permeates the alteration of the material bases of social reproduction, without which emancipatory possibilities become utopian.

Keywords: Social management; Materialist ontology; Class struggle; Human emancipation; Rationality.

INTRODUÇÃO

A ciência, em seu arranjo atual, é caracterizada pela sua divisão em um numeroso grupo de disciplinas, que se distinguem entre si em seu objeto de pesquisa. O fazer científico contemporâneo costuma partir do pressuposto de que as elaborações teóricas que o precederam estão coerentes com o seu próprio tempo e que, necessariamente, tais elaborações contribuem para o progresso cumulativo do conhecimento. É assim que as formulações e métodos de Comte, Descartes, Durkheim, Weber, entre outros, são

naturalizados dentro dos campos científicos e pretensamente apontados como o verdadeiro caminho para se fazer ciência.

Mészáros (2009) aponta que tal panorama possui em seu cerne funções ideológicas vitais, visto que a propagação de tais ideais significou, até aqui, a crença de que se é possível solucionar os problemas da humanidade apenas por meio do avanço da ciência, assim como da tecnologia. “[O]u seja, uma expectativa de resolver os problemas identificados sem a necessidade de uma intervenção substancial no plano da própria estrutura social contestada de forma antagônica” (MÉSZÁROS, 2009, p. 20). Com a premissa de neutralidade de técnica, toda e qualquer mazela social pode ser justificada como uma “falha de gestão”.

Entretanto, se partirmos do entendimento de que todo conhecimento é, via de regra, de forma imediata ou mediada, “um instrumento para a intervenção social, então, não há dúvida, de que isso tem largas consequências sociais”, principalmente quando “tal abordagem impede que se percebam os interesses sociais que permeiam a construção da cientificidade” (TONET, 2013, p. 11-12). Diante disso, é essencial entender como esse conhecimento foi produzido e quais consequências ele produz para a intervenção social, a quem ele primordialmente favorece, com que classe ele está comprometido, qual a sua função na reprodução da ordem sociometabólica do capital e que práticas são estimuladas a serem materializadas por esse sistema de pensamento social.

A produção do conhecimento é certamente um tema de extrema relevância e de reincidência nos estudos em Administração (cf. FARIA, 2011; CANÇADO, PEREIRA e TENÓRIO, 2013; PAES DE PAULA, 2015; FERRAZ, CHAVES & FERRAZ, 2018). São diversas as tentativas que tiveram como objetivo superar seu caráter de “disciplina técnica”, tal como a hegemonia funcionalista compreende e trata principalmente as profissões que estão em seu *locus*. Devido à ampla gama de disciplinas e “campos” que compõem os saberes administrativos, aqui tratamos de um conhecimento produzido por uma disciplina usualmente compreendida como parte do chamado “Campo de Públicas”, que abrange diversas temáticas que interseccionam a atuação e conformação da gestão na esfera pública — a Gestão Social.

Ao se propor como campo científico do conhecimento, por aderir diversos pesquisadores e por ser um tema com certa relevância na academia brasileira, a Gestão Social despertou nossa atenção. Afinal de contas, a Gestão Social consegue entregar o que promete? É um campo do conhecimento científico que explica a dinâmica social em suas principais determinações e mediações? Seus pressupostos estão comprometidos com uma verdadeira emancipação humana, almejando e revelando um potencial transformativo?

Estas foram algumas das perguntas que saltaram aos nossos olhos, diante desse campo do conhecimento científico, ao apreendermos seu arcabouço teórico-epistemológico. Para a análise desta proposta, partimos da concepção marxiana de ciência, sobretudo, atentando às determinações ontológicas do pensamento — determinância que não é compreendida em sua semântica positivista, mas pela lógica dialética. Não temos a pretensão de propor a adoção de um novo conhecimento científico no lugar do que examinamos, e sim, de forma crítica, evidenciar a potencialidade deste campo do conhecimento, levando em conta a própria finalidade que ele pretende alcançar.

Diante desse cenário, o objetivo do presente ensaio é fomentar o debate e a reflexão, a partir da perspectiva ontológica-materialista, sobre a crítica à Gestão Social enquanto campo do conhecimento. Para tanto, adotamos como referencial central o sistema de pensamento científico marxiano. Como parte do percurso, tecemos análises críticas aos pressupostos teóricos de onde os autores da Gestão Social partem, como o “agir comunicativo” de Habermas e a “teoria das racionalidades” de Weber. Dedicaremos a próxima seção à caracterização deste campo científico, para, então, caminharmos aos pressupostos e resultados de nossa analítica.

GESTÃO SOCIAL: COMO OS SEUS PRODUTORES TEÓRICOS A COMPREENDEM?

O campo científico da Gestão Social, que doravante denominaremos pela sigla GS, tem movimentado diversos pesquisadores brasileiros, especialmente os da Rede de Pesquisadores em Gestão Social, cujos trabalhos se atrelam, sobretudo, às disciplinas do Campo de Públicas. De acordo com Cançado, Pereira e Tenório (2013), é possível rastrear sua

gênese no cenário nacional. Os autores destacam o professor Fernando Guilherme Tenório como principal referência teórica do campo, tendo produzido e organizado diversas publicações sobre o tema. Ele fundou também um grupo de estudos dedicado ao tema (TENÓRIO, 2006), o Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), vinculado à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Tal pioneirismo impulsionou a criação de outros grupos de pesquisa no Brasil, com destaque para o “Encontro Nacional de Gestão Social” (ENAPEGS), que, em 2021, realiza sua décima primeira edição.

Cançado, Pereira e Tenório (2013) apontam que o primeiro artigo nacional dedicado ao tema data o ano de 1998, sendo redigido por Tenório (1998) e publicado na Revista de Administração Pública sob o título “Gestão social: uma perspectiva conceitual”. Entre os pesquisadores do campo, têm sido frequentes as proposições de que a GS permanece em construção no Brasil (ARAÚJO, 2012). Tanto Cançado (2011) quanto Carrion (2012) ressaltam a não existência de consenso quanto a uma definição unitária para GS, que assume uma variedade de significados em diversos trabalhos acadêmicos. Alcântara e Pereira (2017) apontam para a amplitude de concepções acerca do que seja o *locus* da gestão social. Spuri (2015) e Silva (2017) apresentam, cada um, um quadro com a diversidade de conceitos de GS, demonstrando que as diferentes definições se moldam às distintas abordagens teóricas em que se enquadram. Não obstante, há esforços convergentes na delimitação dos marcos conceituais da GS, com a proposição de “que os gestores, qualquer que seja a configuração jurídica da organização, atuem sob uma perspectiva na qual o determinante de suas ações deve ser a sociedade e não o mercado” (TENÓRIO, 2010, p.58).

Para Tenório (2010, p.57), a GS deve representar o oposto à gestão estratégica, sendo assim, “uma tentativa de não pautar os processos decisórios exclusivamente pela ótica da competição, do mercado, tal como se comporta no sistema socioeconômico em que vivemos, mas por meio de cursos de ação compreensivos, voltados para o bem-comum e para o bem viver”. Paes de Paula (2012) insere a GS em um movimento maior de ressignificação da gestão, em oposição às concepções hegemônicas da Administração, também estabelece a

conexão entre GS e uma nova concepção de gestão pública, a qual pode atuar mais incisivamente em busca de uma sociedade mais igualitária.

Enquanto base teórica, Tenório (2008) — inspirado por Guerreiro Ramos — sugere o campo da GS como uma linha de fuga ao pensamento tradicional dominante na Administração e na Administração Pública, no intuito de subordinar as teorias organizacionais ao conhecimento emancipatório. O autor sugere que esta tarefa deve ter como base pensadores brasileiros e intelectuais do marxismo ocidental, como Georg Lukács, e alguns expoentes da Escola de Frankfurt, como Mark Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Jurgen Habermas – este último, com sua crítica ao agir instrumental e a sua proposta centrada na ação comunicativa. A partir da teoria da ação comunicativa habermasiana, a “linha de fuga” ampliou-se à discussão do conceito de GS enquanto possibilidade de administração que busca a superação das opressões sociais. No que diz respeito aos conhecimentos até então produzidos no campo, Tenório (2008, p. 158) reflete:

gestão social tem sido objeto de estudo e prática muito mais associado à gestão de políticas sociais, de organizações do terceiro setor, de combate à pobreza e até ambiental, do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas quer naquelas relações de caráter produtivo. (...) entenderemos gestão social como o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não governamentais).

Nesse trabalho, utilizaremos como norte essa definição de Tenório (2008) e a produzida por Cançado, Tenório e Pereira (2011, p.697), que afirmam que a Gestão Social “pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último”. Os autores reforçam que tal conceito não é de caráter prescritivo, podendo alterar-se conforme o avanço de pesquisas no campo.

Os fundamentos teóricos da GS têm como referências principais Jurgen Habermas e Guerreiro Ramos (de base weberiana e habermasiana). A Gestão Social proposta por Tenório pressupõe o pensar em interesse público, e esse ponto de vista envolve em seu conceito uma

ideia de espírito de cidadania — ou a denominada cidadania deliberativa (CANÇADO, TENÓRIO e PEREIRA, 2011) — e de civilidade, associado a acontecimentos espontâneos, uma vez que são tratados como algo que surge “naturalmente” da gestão dialógica, manifestada na ação comunicativa dos indivíduos no tecido social. Tenório (2008b, p.27) aponta que o agir comunicativo habermasiano é essencial na construção do conceito de GS, porque “no processo de Gestão Social [...] a verdade é a promessa de consenso racional, [...] não é uma relação entre o indivíduo e a sua percepção de mundo, mas sim um acordo alcançado por meio da discussão crítica, da apreciação intersubjetiva”. Cançado, Pereira e Tenório (2013) sugerem ainda que a GS seria o caminho para a emancipação, por ter como fim o estabelecimento de um processo decisório mais participativo e dialógico, que seja exercido por diferentes sujeitos sociais.

A este ponto, é valoroso trazer três argumentos de Tenório (2012) a respeito da Gestão Social, os quais foram sistematizados por Cançado, Pereira e Tenório (2013, p.114) da seguinte forma: “1) o conceito é subserviente à realidade não republicana brasileira; 2) o conceito é uma utopia, dada sua pretensão antinômica ao de gestão estratégica; e 3) é um não conceito, uma mediação entre a consciência e a realidade”. Tais argumentos residem nas crenças de que um ideal republicano é capaz de propiciar uma cultura voltada para o bem comum; sendo o Brasil uma sociedade não republicana, aqui os interesses particulares tendem a se sobrepor aos interesses coletivos. Consideram que a hegemonia da racionalidade unitária (gestão estratégica) torna a GS uma utopia, visto a impossibilidade de se enxergar um caminho claro à sua concretização. O terceiro é análogo à influência do termo adorniano de “não idêntico”, que, de forma sucinta, refere-se ao conceito que fica supostamente encoberto ou esquecido, ou, ainda, o que foi apreendido pelo sujeito, mas ainda não conseguiu ser expresso em forma de conceito.

Cançado, Pereira e Tenório (2013, p.132), na tentativa de delimitar ainda mais o campo enquanto científico, reconhecem que ele se atrela aos ideais weberianos (no sentido de algo a ser atingido). Os critérios que os autores seguem e propõem para delimitar o estatuto científico do campo se baseiam na tentativa de identificar e descrever a ontologia, a

epistemologia, a metodologia e a natureza humana. Tomando por referencial a obra de Burrell e Morgan (1979), a GS é caracterizada por Cançado, Pereira e Tenório (2013, p. 133) como de: *ontologia nominalista*, “pois a tomada de decisão coletiva sem coerção tem como pressuposto a questão da intersubjetividade (dialogicidade, transparência) e da construção da realidade a partir do entendimento”; *epistemologia antipositivista*, “na medida em que a realidade social pode e deve ser (re)construída no interesse dos seus membros e a partir da sua percepção”; *metodologia ideográfica*, que “se baseia na importância de deixar que o sujeito revele sua natureza e suas características durante a pesquisa, postura essencial para analisar a tomada de decisão coletiva sem coerção baseada no entendimento”; e *natureza humana voluntarista*, pois “se a percepção é pela (re)construção da realidade a partir da interação entre as pessoas a sua intersubjetividade sem coerção, o livre arbítrio é uma condição para este processo”. Ainda considerando o quadrante de Burrell e Morgan (1979), Cançado, Pereira e Tenório (2013) enquadram a GS no humanismo radical, definindo-a, em termos kuhnianos, como ciência contranormal, visto ser um campo alternativo ao hegemônico da Administração.

Cançado (2011) realizou uma pesquisa com a finalidade de mostrar o estado da arte da produção científica nacional em Gestão Social, no período de 1999-2010, levando em conta 16 periódicos. A investigação aponta para a relevante quantidade de trabalhos produzidos sobre o tema (55 artigos) e pontua a criação da revista *Administração Pública e Gestão Social*, lançada em 2009. Considerando o mesmo período, a pesquisa expõe um levantamento dos artigos publicados em eventos, chamando a atenção para a criação do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social em 2007, identificando o total de 130 artigos. Já Peres Jr. (2013) fez um levantamento no ano de 2012 no Google Acadêmico para identificar os artigos de maior impacto no campo da GS: encontrou 22 artigos com mais de 10 citações, com proeminência do já considerado clássico “Gestão social: uma perspectiva conceitual”, que apareceu com 92 citações. Trata-se, portanto, de um campo científico que tem alcançado certa relevância no meio científico nacional, sobretudo nas disciplinas de Administração e de Administração Pública, ocupando um espaço importante nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como nos periódicos científicos.

FUNDAMENTOS DA CRÍTICA ONTOLÓGICA BASEADA NO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO

Conforme Ferraz, Chaves e Ferraz (2018) elucidam, a gnosiologia-epistemologia se refere, em linhas gerais, ao modo como o sujeito cognitivo parte de razões subjetivas e/ou socialmente legitimadas para a explicação da realidade a que se propõe investigar. Com a utilização de métodos pré-estabelecidos, cuja aceitação depende do consenso que pesquisadores têm sobre o rigor destes métodos para validar a verdade científica, o objeto torna-se passível de mensuração e classificação. Nesta concepção de ciência, o caráter idealista sobressalta-se, pois se trata de uma apresentação da realidade organizada prioritariamente pela razão do sujeito cognoscente (e não pela lógica do próprio objeto), o qual imputa à própria realidade os seus pressupostos e/ou hipóteses.

Em relação à perspectiva da ontologia, os mesmos autores apontam que não se trata de uma construção mental do objeto pelo sujeito pesquisador, para depois confrontá-lo com a investigação empírica, mas da apreensão do real tal como ele é. Isto significa que é o próprio objeto que, ao ser aproximado pelo pesquisador, irá apontar os rumos necessários para se fazer conhecido. Na busca pela verdade, a perspectiva ontológica incita ir além da aparência, almejando a essência do objeto em sua totalidade, independentemente da razão subjetiva do próprio pesquisador – o que não significa, contudo, um posicionamento de neutralidade científica, já que a verdade aponta para as contradições que desnudam opressões e, assim, reforça o compromisso científico com o rompimento dessas amarras que impedem a emancipação humana. Quando o sujeito apreende o objeto, em seu nexos de interrelações complexas, temos a transposição da realidade concreta para o concreto pensado, ou seja, temos o objeto transposto para o pensamento (FERRAZ, CHAVES e FERRAZ, 2018).

Não há como falar do materialismo histórico dialético sem falar de Marx, o qual rompe com todas as correntes filosóficas de construção do conhecimento até então estabelecidas. Marx inaugurou a percepção de que o trabalho humano tem uma dupla dimensão: é trabalho útil e concreto (produz valor de uso) e trabalho abstrato (produz valor). O valor, como componente físico, tem sua materialidade ligada à própria concretude das relações sociais

onde foi produzida a mercadoria. Por isso, todas as categorias analisadas por Marx (capital, dinheiro, valor, mercadoria e etc;) são consideradas a partir das suas contradições reais e não meramente conceituais, já que ele não se contentava em apenas expor as contradições discursivas, mas aquelas da própria sociedade, a partir do desenvolvimento das relações sociais e históricas (KOHAN, 2005). Marx (2011, p.85, grifos do autor) aponta que, de forma geral,

em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, *também do ponto de vista científico*, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela *enquanto tal*.

Nesta passagem, Marx nos dá uma importante pista de seu pensamento: a *determinação primária das relações sociais*, firmadas no movimento da história, é a base material sobre a qual emerge o movimento da dinâmica de reprodução social e da consciência dos sujeitos que produzem e se reproduzem (tanto objetiva quanto subjetivamente). Segundo Sartori (2010, p.19-20), tal fato ainda expressa algo “essencial a uma crítica ontológica: as próprias abstrações e as categorias ligadas a elas”, ou seja, as categorias devem ser determinadas pelas formas de ser e da existência concreta. Muitas vezes, as abstrações realizadas pelas teorias do conhecimento contemporâneas acabam por isolar uma parte das determinações de existência, deixando em segundo plano a gênese do ser social para compreender fenômenos cujas características são intrinsecamente históricas e que refletem a natureza social do homem.

A importância de se chegar a abstrações razoáveis, para uma representação da totalidade social a que se investiga, é fato essencial para Marx, como aponta Assunção (2003). Diferentemente das demais formas de análise do real, como as das ciências da natureza, “na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração deve substituir-se a ambos” (MARX, 2013, p. 113). As abstrações delimitadas e depuradas, enquanto um meio para a produção do conhecimento, têm o caráter de etapa analítica apenas provisória. O processo de totalização das mediações

que constituem determinado fenômeno somente se alcança medindo comparativamente aquelas abstrações com a realidade a que elas pretendem reproduzir mentalmente. Depuradas as abstrações em sua razoabilidade, parte-se então para a caminhada de volta, com explicações que tragam a essência do movimento do real (ASSUNÇÃO, 2013).

A teoria marxiana, ao se valer das abstrações, por ter como seu objeto central a sociedade capitalista e as relações sociais, sugere que o ser humano é capaz de utilizá-las como uma maneira de compreensão intelectual da realidade que o cerca. Ter o objeto como ponto de partida e ponto de retorno é fundamental para uma ontologia que se pretende crítica e capaz de revelar a natureza a que se propõe investigar, sem ceder aos percalços da metafísica, do idealismo, do empirismo, das abstrações arbitrárias, ou mesmo de outros métodos e abordagens que tendem a focar no ponto de vista gnosiológico – aquele centrado na produção subjetiva do sujeito pesquisador. Para tanto, a análise histórica dos conflitos de classes faz-se fundamental. Sendo assim, não basta uma intenção benevolente ou uma imparcialidade na percepção do pesquisador, nem mesmo é suficiente se estabelecer um conjunto de construtos teóricos, de paradigmas, de técnicas, para se seguir de modo regrado e metodológico, pois é necessário partir das determinações de existência do ser social. Essas determinações pressupõem uma análise das várias representações e espelhamentos próprios da forma de sociabilidade burguesa. Marx (2013, p.132) atenta que “não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos”. Abdicar da realização de tal tarefa constitui omitir ou até mesmo ignorar a ideologia hegemônica que vigora no capitalismo, que naturaliza a hierarquização social como própria da natureza humana, em vez de fruto de processos históricos de subjugação de humanos a outros humanos.

SUBMETENDO A GESTÃO SOCIAL À CRÍTICA ONTOLÓGICA-MATERIALISTA

Há tempos se discute se a gestão é uma arte ou uma ciência. São comumente caracterizados como conhecimentos artísticos os que abarcam o desenvolvimento de habilidades essencialmente pautadas na intuição, voltadas para a expressão de práticas comunicativas e/ou estéticas. Em relação aos saberes considerados científicos, temos aqueles

que envolvem um corpo teórico próprio, cuja elaboração é baseada em princípios metodológicos racionais, buscando certo grau de previsibilidade sobre o fenômeno estudado e que têm certa legitimidade no ambiente social (MATTOS, 2009).

Na tentativa de responder a tal dilema, Mattos (2009) conduz a uma argumentação que leva a crer que os saberes administrativos são tanto ciência (já que há um ambiente institucional voltado para a consolidação da Administração enquanto disciplina) quanto arte (já que se volta para a consolidação de saberes apreendidos na prática cotidiana e em seus improvisos). O debate conduzido pelo autor, de certo modo, leva a uma cisão do que é considerado teoria e do que é prática, deixando em segundo plano a concepção de que a própria produção teórica se trata de uma prática social, permeada por interesses e relações políticas. Com isso, o autor acaba por dar primazia à gnosiologia pura do conhecimento, sem se aprofundar sobre o caráter ontológico que os saberes em gestão envolvem, não abordando os aspectos de produção do conhecimento enquanto parte das exigências do trabalho. Para os cientistas da Administração (e não apenas a estes), o resultado da produção desse conhecimento é (também) parte das demandas exigidas sobre seu trabalho, que abarcam tanto as restrições institucionais da academia quanto da própria dinâmica do capital (ao qual, predominantemente, a ciência tem se subordinado).

Em diversos trabalhos que tratam da compreensão das racionalidades envolvidas nas relações sociais de produção, a corrente idealista é consistentemente a mais frequente. Na ótica de Weber (1987), por exemplo, é a racionalidade engendrada pela ética protestante que molda as práticas capitalistas de individualismo, foco no trabalho árduo, busca pelo lucro e espírito aventureiro necessário ao empreendedorismo. Também de Weber (1946) partem os estudos embrionários das organizações formais, partindo da abstração do tipo ideal do modelo burocrático. Embora Weber considere a burocracia como uma forma de dominação, as críticas delineadas em sua sociologia compreensiva não chegam ao cerne da operacionalidade da gestão burocrática, enquanto expressão objetiva-subjetiva do desenvolvimento histórico-material da sociedade capitalista – uma sociedade formada no contexto de luta de classes, na qual o conhecimento administrativo necessitava de ser

dissociado do quadro de exploração do trabalho, camuflando a real opressão dentro de um ideal de eficiência administrativa.

A influência de Weber em trabalhos posteriores sobre racionalidades foi significativa. Conceitos como racionalidade instrumental e racionalidade substantiva (RAMOS, 1989), por exemplo, tratam da forma como indivíduos e grupos buscam formas de atuação nas organizações, a fim de atingir determinados objetivos, sendo a racionalidade instrumental predominantemente voltada para a satisfação de interesses próprios e egoísticos, enquanto a racionalidade substantiva estaria voltada para o bem-estar social. Já a sofisticada teoria da ação comunicativa de Habermas (1999) estaria pautada no esforço que indivíduos e grupos dispõem para a busca de um consenso social, prezando pela interação e satisfação de interesses mútuos, focando sua análise nos processos da linguagem. Sem a pretensão de aprofundar nestes conceitos, por ora ressaltamos apenas o caráter idealista deles, já que partem do princípio de que as diferentes racionalidades é que moldam as práticas sociais, sendo a consciência individual/social o principal recurso para superação das opressões e condição para emancipação. De nossa parte, partimos do contrário, ou seja, da primazia das práticas sociais, a partir de seus nexos reais, para assim captar sua influência no racional-subjetivo, considerando a relação dialética entre ambos.

Podemos afirmar que a racionalidade se trata da forma como subjetivamente os indivíduos e grupos concebem as lógicas de organização social; já a racionalidade específica da gestão, é aquela concebida, a partir das influências sociais, por sujeitos individuais e/ou coletivos que atuam no ambiente produtivo auto ou heterogerido. Partindo da concepção ontológica materialista marxiana, não há cisão entre objetividade e subjetividade, entre instâncias psicológicas e sociais, entre espírito e matéria. Os processos de racionalização atuais se estabelecem a partir de práticas sociais passadas, que, por sua vez, são resultado da materialidade das demais relações sociais que puderam ser estabelecidas a partir da relação do homem (ser genérico) com o seu meio.

Em seu método, Marx fala de homens em relação na sua forma de produção da vida. Com isso rompe com a antologia de que o ponto de partida para a transformação da sociedade é a mudança do indivíduo. Para ele não há mudança sem mudar as relações

sociais. (...) os homens produzem mercadorias, daí produzem ideias que são as categorias abstratas das relações sociais. As categorias são produtos históricos e transitórios (ALVES, 2010, p. 6).

A denominada racionalidade instrumental, que pela ótica idealista, muitas vezes, toma a aparência de sujeitos que simplesmente optam pela ausência de empatia, não deixa de ser permeada pelo julgamento moral. Contudo, a opção pela racionalidade egoística não deveria ser concebida como mera alternativa individual do sujeito que a prefere, em detrimento de uma racionalidade voltada ao bem coletivo. É necessário se levar em conta a alienação do/no trabalho, nos processos de produção que se voltam para a apropriação privada de valor, em um contexto social em que impera a competitividade entre produtores. A “produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalista”, nesse sentido, esse sistema impele o detentor de meios de produção “a ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo, e ele não pode ampliá-lo senão por meio da acumulação progressiva” (MARX, 2013, p. 410). Num sistema em que a base produtiva é pautada na exploração da força de trabalho, propostas que almejem a sua melhoria, sem de fato alterarem a sua lógica intrínseca de funcionamento, conseguem, no máximo, um melhor convívio social. Na formulação do tipo ideal de “racionalização” e/ou na “teoria da ação comunicativa”, Weber e Habermas não partem do ponto de vista da classe trabalhadora, ao desconsiderarem, por exemplo, a possibilidade de uma mudança estrutural neste sistema social.

A razão tem um preciso limite histórico na voz de Weber: para além das fronteiras do modo de produção capitalista, *não há racionalidade*. O racionalismo por “conveniência metodológica” da sociologia compreensiva converte-se em inconveniência no instante em que o objeto é a radical ruptura com o estado de coisas vigente. (Carli, 2008, p. 191, grifos do autor)

Havendo o interesse científico emancipatório, é preciso que nos aprofundemos nas contradições históricas dos modos de reprodução da vida que condicionam as alternativas de atuação dos agentes, para que, assim, as práticas sociais de reprodução da vida possam ser alteradas – na ótica marxiana, essa alteração não seria possível senão pela luta de classes, já que não se pode esperar por concessão voluntarista dos que se encontram em condição de

dominantes na dinâmica social. Os estudiosos da Gestão Social, ao se colocarem como linha alternativa e ciência contranormal, em nome de bandeiras como interesse público e democracia deliberativa, apresentam-se como real alternativa para um conhecimento emancipatório, buscando a supressão da alienação social.

Em um primeiro momento, o campo da GS se mostra atraente, por propor conhecimentos científicos relacionados a algumas temáticas que tangenciam a necessidade material. Entretanto, temos de antemão que sua referência epistemológica, centrada na gnosiologia e na relegação de sua práxis ao mundo intersubjetivo e de valores, pouco se diferencia dos campos hegemônicos, visto que sua práxis está destoada do compromisso com uma mudança efetiva na sociabilidade capitalista. Sua crítica é resignada, logo, este conhecimento tende a reforçar a lógica do conhecimento científico funcionalista, usualmente comprometida com a sociabilidade burguesa. Tal percepção é fundamental, haja vista os fins pretendidos por essa teoria do conhecimento. A própria concepção do que seja conhecimento, a princípio, se coloca em muitos pontos na contramão da concepção ontológica, justamente porque tem na gnosiologia o prisma central de seu desenvolvimento. Em termos ontológicos materialistas, essa concepção do conhecimento traz diversos pontos conflitantes, pois se exime de identificar as reais causas das opressões sociais, o que limita o potencial da ciência de representar o arcabouço teórico necessário às práticas emancipatórias, que se fundamentam na práxis revolucionária.

Na proposta da GS, é possível observar a busca pela participação popular como meio para assegurar o sucesso do interesse público e o alcance do “espírito cidadão”, deixando evidente uma percepção de que, para se alcançar o interesse público e reconstruir a esfera pública, basta uma ação apaziguadora e limitada pelos instrumentos legais. O fato de o Estado se organizar e se arranjar em uma dinâmica social capitalista não é passível de questionamentos em nenhum trecho da proposta de Cançado, Pereira e Tenório (2013), sendo este um ponto crítico da análise, visto que a produção capitalista se ancora essencialmente na alienação social. Torna-se nítida, aqui, a crença que Paço Cunha e Rezende (2018, p.15) denominam, recuperando Chasin, de participacionismo, ideia que “decorre da

manutenção das condições materiais que sempre concentraram o poder econômico e político no quadro da miséria brasileira”.

Não foi possível encontrar na literatura que fundamenta esse campo científico qualquer referência à luta de classes e às determinações do capital. Alcântara e Pereira (2017, p. 424) afirmam que “a gestão social deve buscar a ‘possibilidade objetiva’ de democratizar o mundo-da-vida (suas dimensões institucionais e cotidiano e o sistema (mercado e Estado)”. Como é possível almejar uma democratização, ou mesmo uma emancipação, furtando-se de discutir estas questões fundamentais? Se a produção do conhecimento está comprometida com a preservação da forma estatal capitalista e da sociabilidade burguesa, isto tem implicações essenciais para a real compreensão da sociedade e, principalmente, para uma proposta que se pretende emancipatória e democrática.

Quando Cançado, Pereira e Tenório (2013) argumentam que o Brasil está longe de um ideal republicano (aquele voltado para o bem comum), porque sua racionalidade predominante é essencialmente focada em interesses particulares, há a brecha para questionarmos: por que o Brasil é assim? E quais são os países que melhor se aproximam do ideal republicano? Qual a influência dos países considerados republicanos sobre o distanciamento dos países periféricos em relação a este ideal? Seriam os países republicanos assim, por que eles conseguiram construir *antes* uma racionalidade substantiva, ou essa racionalidade mais próxima da substantiva pôde ser estabelecida *durante* décadas de ação imperialista sobre os países periféricos para, assim, garantir a base material que os permitissem melhor investir em educação e democratização política? Não se consegue responder estas perguntas, refletindo sobre o real tal como ele é, sem uma investigação minuciosa e materialista da sociedade. E uma investigação materialista não necessita prescindir da análise da subjetividade e da racionalidade dos sujeitos que se encontram inseridos na sociedade, pois os nexos reais estão aí, independente da consciência que o sujeito tenha dele. Contudo, é necessário identificar as relações sociais materiais que possibilitaram a conformação das consciências individuais dos sujeitos.

O apontamento vago de que os gestores, sejam de organizações públicas ou privadas, devem se focar no interesse social é também parte do argumento liberal da tão falada Responsabilidade Social Corporativa. Este discurso, que já tem acompanhado hegemonicamente os informes empresariais, não tem sido capaz de frear a exploração humana e tampouco os crimes ambientais que assolam a humanidade. Assim, a perspectiva da GS, enquanto produtora de práticas discursivas, não se afasta (tanto quanto almeja) da já propagada pelos agentes reforçadores da dinâmica capitalista, que atuam sobre a manutenção do *status quo*. A este ponto, cabe ressaltar que não se trata apenas da lente epistemológica que se escolhe usar para a compreensão e atuação sobre a sociedade, mas da busca pela verdade – que é o interesse essencial da ciência, como um todo. A busca pelo conhecimento objetivo da realidade social já traz em seu cerne o reconhecimento das contradições, opressões, desigualdades, assim como das possibilidades de resistência no âmbito da luta de classes (com os seus diversos estratos e disputas intraclasses). Na ótica marxiana, a objetividade não se trata da falseabilidade experimental, tampouco de uma neutralidade do ponto de vista do pesquisador, tal como usualmente se posicionam cientistas positivistas. A objetividade marxiana indica o compromisso de apreensão do real em sua totalidade, sem desconsiderar a limitação do sujeito cognoscente individual para dar conta desse intuito. Neste sentido, o almejo da totalidade aponta para o reconhecimento da existência da verdade e das suas múltiplas determinações, feito possível a partir do esforço coletivo dos pesquisadores que almejam melhor apreender a sociedade e, (não somente) assim, contribuir para transformá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste ensaio foi conduzir uma crítica, a partir da perspectiva ontológica-materialista, sobre o campo científico da Gestão Social. Delineamos então a discussão apontando o quanto a perspectiva gnosiológica e idealista das suas bases teóricas a limitam de trazer conhecimentos mais acurados acerca da sociabilidade capitalista e das suas contradições. Neste sentido, o intuito explicativo e emancipatório da GS se mostra insuficiente, visto que sua proposta carece de lastro histórico para a compreensão e atuação

sobre a sociedade, tanto no âmbito objetivo (do porquê e como a sociedade age e se produz como tal) quanto subjetivo (do porquê e como as pessoas pensam e agem como tal).

Quando tratamos da gestão socioproductiva, num contexto macrossocial, o que na sociedade capitalista se dá primordialmente por meio da exploração da força de trabalho assalariada, a concepção de uma racionalidade substantiva, sem a efetiva mudança da base material, é totalmente utópica – algo já dito pelos autores da teoria, mas não suficientemente explicado quanto ao porquê de ser utópica. Isso implica reconhecer que a racionalidade que se estabelece no sistema do capital é também fruto dos processos históricos do desenvolvimento industrial e tecnológico que perpetua o antagonismo de classes. Assim, se a forma predominante de reprodução material é baseada em relações sociais instrumentais, qualquer racionalidade genuinamente divergente aparece como movimento de resistência.

É importante considerarmos que a própria dinâmica capitalista, pautada na concorrência, é um elemento estruturante da racionalidade ortodoxa da gestão. Assim, a discussão sobre emancipação necessita acompanhar a superação do capitalismo. Tendo esse norte, a perspectiva marxiana é frequentemente acusada de determinismo econômico. Todavia, como nos revela Mészáros (2016, p. 108), tal acusação não se sustenta, pois se “a economia é o determinante último, também é o ‘determinante determinado’: ela não existe fora do complexo sempre concreto, historicamente cambiante das mediações concretas, incluindo as mais ‘espirituais’”. Assim, concordamos com Lukács (2013) quando diz que uma racionalidade jamais pode ser considerada absoluta; sempre haverá alternativas para as formas de atuação humana e potencialmente de resistências, ainda que tal campo de decisões também se restrinja ao próprio complexo concreto do ser, o qual, em última instância, é determinado pelo próprio ser social.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, V. de C.; PEREIRA, J. R. O locus da gestão social no contexto de inter-relações e tensões entre mundo-da-vida (*lebenswelt*) e sistema (*system*). **Revista Organizações & Sociedade**, v.24, n.82, 2017, 412-431.

ALVES, A. M. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v 9, n. 1, 2010, 1-13.

ARAÚJO, E. T. de. **(In)consistências da gestão social e seus processos de formação: um campo em construção** (Tese). PUC, São Paulo: PUC, 2012.

ASSUNÇÃO, V. N. A teoria das abstrações de Marx: o método científico exato para o estudo do ser social. **Revista Verinotio**, n. 18, 2013, 46-61.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social** (Tese). Lavras: UFLA, 2011.

_____; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE (online)**, 9(3), 2011, 681-703.

_____; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: Editora CRV, 2013.

CARLI, R. **As raízes históricas da sociologia de Max Weber** (Tese). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CARRION, R. M. A. Contribuição da Gestão Social para o Desenvolvimento. In: CANÇADO, A. C., TENÓRIO, F. G.; SILVA JR. J. T. (orgs.). **Gestão Social: Aspectos Teóricos e Aplicações**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

FARIA, J. H. **Economia política do poder**. V.2. Curitiba: Juruá, 2011.

FERRAZ, D. L. S.; CHAVES, R. H. S.; FERRAZ, J. M. Para além da epistemologia: reflexões necessárias para o desenvolvimento do conhecimento. **REAd. Rev. eletrôn. adm.**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, 2018, 1-30.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa I: Racionalidad de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus, 1999.

KOHAN, N. **El Capital: historia y método** – una introducción. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**: volume II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política (Ebook). São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital (Ebook). São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, P. L. C. L. "Administração é ciência ou arte?" O que podemos aprender com este mal-entendido? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 49, n. 3, 2009, 349-360.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

PAÇO CUNHA, E.; REZENDE, T. D. H. Participação e miséria brasileira: o participacionismo nas condições de possibilidade do capitalismo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, 2018, 1-18.

PAES DE PAULA, A. P. **Estilhaços do real**: o ensino da administração em uma perspectiva benjaminiana. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. **Repensando os Estudos Organizacionais**. Por uma Nova Teoria do Conhecimento. Rio de Janeiro: EdFGV, 2015.

PERES JR., M. R. **Gestão social sob a ótica da estruturação** (Tese). Lavras: UFLA, 2013.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

SARTORI, V. **Lukács e a crítica ontológica ao direito**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, E. A. F. **Administração pública e sociedade: paradigmas de gestão** (Dissertação). Lavras: UFLA, 2017.

TENÓRIO, F. G. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, 1998, 7-23.

_____. **Tem razão a administração?** Ijuí: Editora da Unijuí, 2008.

_____. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008b.

_____. Gestão social: uma réplica. In: RIGO, A. S.; SILVA JR., J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. (Orgs.). **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda**. Recife: Univasf, 2010.

_____. Gestão social, um conceito não-idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento. In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JR., J. T. (Orgs.). **Gestão social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2012.

TONET, I. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1946.

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1987.

Submetido em 04/08/2021

Aprovado em 13/08/2021